



TERMO DE FOMENTO Nº 11/2021

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, COM A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL **ASSOCIAÇÃO DE PAES E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BAIXO GUANDU- ES** OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO “**PROJETO ALEGRIA DE VIVER**”

O Município de Baixo Guandu, inscrito no CNPJ nº 165.737/0001-10, com sede Rua Fritz Von Lutzow, 217 Bairro: Centro-Baixo Guandu/ES CEP: 29730-000, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação Sr.^a **FERNANDA MOTA GONÇALLO**, ADMINISTRADOR PÚBLICO da presente parceria, presente o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Baixo Guandu/CMDCA, Sr.^a **VANILDA SOARES PINTO**, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO DE PAES E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BAIXO GUANDU** CNPJ nº 27.452.630/0001-53, situada na Avenida **Santa Terezinha S/N**, Bairro **São Jose**, Baixo Guandu – ES, CEP: 29730-000, neste ato, representada, por **seu presidente Srº Armando Ovaní** portador do CPF nº **031.220.346-20** e **RG 324.468 SSP-ES**, doravante denominada O.S.C., e ambos em conjunto denominados PARCEIROS, sujeitando-se, no que couber aos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 5.763 de 20 de março de 2017, e demais normas que regulamentam a espécie, em conformidade com o Plano de Trabalho deste instrumento, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) e a O.S.C **ASSOCIAÇÃO DE PAES E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BAIXO GUANDU**, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução do Projeto “**Alegria de Viver**” de relevância pública e social, definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento.

Vanilda Soares Pinto

Armando Ovaní
[Assinatura]



1.2.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Plano de Trabalho, aprovado pelo CMDCA é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2 - Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Termo de Fomento, comprometem-se os Parceiros a executar a integralidade das obrigações assumidas, no âmbito das respectivas competências.

2.1. São obrigações comuns dos PARCEIROS:

- I - conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
- II - promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
- III - fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial; e,
- IV - priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo;

2.2. São obrigações do CMDCA:

- I - efetuar o repasse dos recursos necessários à execução do Plano de Trabalho, na forma prevista na Cláusula Terceira;
- II - apoiar a O.S.C. no alcance dos resultados previstos no objeto da presente parceria, conforme o Plano de Trabalho;
- III - direcionar esforços para garantir a formação continuada de dirigentes e técnicos da O.S.C.;
- IV - sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes da O.S.C.;
- V - publicar o extrato desta parceria no site da Prefeitura e respectivas alterações se for o caso;
- VI - supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do objeto da presente parceria;
- VII - analisar as prestações de contas na forma das Cláusulas Sexta e Sétima deste instrumento;
- VIII - designar, por meio de ato normativo o Gestor da Parceria.
- IX – designar, por meio de Resolução e publicar no site da Prefeitura, os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, Comissão de Seleção e Gestor da Parceria;
- X – propor, receber, analisar e, se for o caso aprovar as propostas de alteração deste Termo, bem como do Plano de Trabalho, desde que não implique em alteração do objeto;

Demétrio

Bruno do Prado



XI – exercer atividade normativa de Monitoramento e Avaliação, controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive reorientando as ações, caso seja necessário, de modo a evitar descontinuidade do objeto pactuado;

XII – comunicar à Secretaria Municipal de Assistência Social Direitos Humanos e Habitação-SEMADH a existência de quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução do objeto desta parceria;

XIII – acompanhar em processo administrativo específico que trata da celebração deste Termo de Fomento, com atos atinentes a Seleção, Celebração, Execução e Prestação de Contas, bem como eventuais alterações através de aditamentos e/ou apostilamentos;

XIV - aplicar as sanções previstas na legislação pertinente, proceder às ações administrativas quanto à exigência e restituição dos recursos transferidos e instaurar tomada de contas especiais, quando for o caso.

2.4. São obrigações da O.S.C.:

I - desenvolver o objeto desta parceria conforme o Plano de Trabalho, prestando contas ao CMDCA e as devidas informações sempre que solicitado;

II - realizar o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, na forma da Cláusula Quinta deste instrumento;

III - responsabilizar-se, exclusivamente, pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, civis e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do CMDCA e/ou do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

IV - manter e movimentar os recursos exclusivamente em conta bancária específica isenta de tarifas, aplicando-os em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade;

V - alocar os recursos repassados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, sendo vedada sua classificação como receita própria ou pagamento por prestação de serviços;

VI - não remunerar com os recursos repassados: (i) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (ii) servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,

Amador Ocarini 3

Amador Ocarini



colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

VII - efetuar a restituição de recursos nos casos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e/ou no Decreto Municipal nº 5.763/2017;

VIII - zelar pela qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia e efetividade social em suas atividades, assegurando a correção de quaisquer irregularidades;

IX - prestar informações aos munícipes e quaisquer interessados sobre o caráter público das ações realizadas em decorrência dessa parceria, quando for o caso;

X - permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do CMDCA sobre a execução do objeto da parceria, garantindo o acesso de agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, documentos e informações relativos a esta parceria, e aos locais de execução do objeto;

XI - prestar contas na forma fixada na Cláusula Sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;

XII - comunicar quaisquer alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver, em até 30 (trinta) dias da data de registro no órgão competente;

XIII - operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Fomento, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;

XIV - manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria;

XV - garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho, se for o caso;

XVI - manter, durante a execução da parceria, a regularidade das certidões de débitos;

XVII - divulgar em seu site na internet, caso o tenha, e em locais visíveis de sua sede social informações sobre a parceria ora celebrada com o CMDCA;

XVIII - manter atualizados os registros e prontuários de atendimento;

XIX - comunicar ao CMDCA, por escrito e imediatamente, todo fato relevante que prejudique o cumprimento do objeto da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O MUNICÍPIO, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social Direitos Humanos e Habitação– SEMADH, transferirá à O.S.C. o valor total de **R\$ 124.556,04 (cento e vinte e quatro mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quatro centavos)** oriundos do FIA, de acordo com o

Handwritten signature

Handwritten signature 4 *Handwritten signature*



cronograma de desembolso e com o plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho aprovado, anexo único deste instrumento.

3.2 - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.3 – O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado em 04 parcelas, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

3.3.1 – O repasse da primeira parcela a que se refere esta cláusula será efetuada em até 15 (quinze) dias a partir da comunicação de abertura de conta específica isenta de tarifas. As demais parcelas serão repassadas conforme Cronograma de Desembolso, ficando condicionadas à regular prestação de contas trimestral, conforme cláusula sexta e item 7.9 da cláusula sétima.

3.4 - Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição financeira pública, indicada pelo CMDCA, a saber, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.

3.4.1 – A conta corrente isenta de tarifas é condição para a realização dos depósitos financeiros da parceria.

3.5 – Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

3.6 - As despesas decorrentes da execução deste Termo de Fomento ocorrerão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do MUNICÍPIO, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros: Dotação Orçamentária:

Órgão: Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação – SEMADH

Unid. Orçamentária: 1 – Departamento de Assistência Social.

Funcional Programática: 1101.0824300272.118 – Apoio as Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Atividade Projeto: 2.118 – Apoio as ações de Defesa dos direitos da Criança e do Adolescente.

Fonte de Recurso: 23110005000- PMBG FIA

Ficha: 47

Elemento: 33504300000 – Subvenções Sociais

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Amanda Preini 5 *[assinatura]*



4.1 - Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 5.763/2017, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

4.2 - Toda movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação eletrônica do beneficiário final. Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio da Transferência Eletrônica Disponível – TED –, Documento de Ordem de Crédito – DOC –, débito em conta e boleto bancário, todos sujeitos à identificação do beneficiário final.

4.2.1 – Excepcionalmente o pagamento pode ser realizado em espécie conforme item 11.2 do edital de chamamento público.

4.3 - Os recursos transferidos do FIA, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação – SEMADH, não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma e esteja prevista no plano de trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para apresentação da prestação de contas final.

4.3.1 - O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da organização da sociedade civil poderá ser realizado ainda que após o término da execução da parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

4.4 – O CMDCA reterá as parcelas dos recursos financeiros destinados à O.S.C. nas hipóteses e condições previstas no item 7.9 deste Termo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

5.1 – A O.S.C. é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do CMDCA e do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.

amilelago

Américo Queiroz 6



5.2 - A inadimplência da O.S.C. em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere ao CMDCA e ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

5.3 – A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pelo CMDCA não gera vínculo trabalhista com o CMDCA e com o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 – A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.

6.2 – A O.S.C. deverá apresentar, trimestral, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente do período de referência, conforme previsto no plano de trabalho, relatório de execução do objeto e, eventualmente, do relatório de execução financeira, caso seja necessário e seguindo os termos da Lei n. 13.019/2014. Sendo que o relatório de execução do objeto deverá ser preenchido em modelo disponibilizado pelo CMDCA, que deverá conter:

I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

II – demonstração do alcance das metas;

III – documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definidos no plano de trabalho como meios de verificação, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;

IV – documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

VI – justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

6.2.1 – O relatório de que trata este item deverá fornecer elementos para avaliação:

I – dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

II – do grau de satisfação do público-alvo, quando pesquisado;

6.2.2 – O relatório de execução financeira deve conter:

I – relação das receitas auferidas, inclusive rendimentos financeiros e recursos captados, e das despesas realizadas com a demonstração da vinculação com a origem dos recursos e a execução do objeto, em observância ao plano de trabalho;

autenticado

André G. G. G.

[Assinatura]



II – ofício encaminhando o processo de prestação de contas, mencionando o número do Termo de Fomento a que se refere à respectiva competência e os documentos encaminhados, conforme disponibilizado pelo CMDCA;

III - extratos da conta bancária específica;

IV – memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

V - conciliações bancárias das contas específicas compostas de extratos bancários da conta corrente vinculada à execução da parceria, bem como, da aplicação financeira e ainda os respectivos razões contábeis, conforme modelo disponibilizado pelo CMDCA;

VI – cópias simples e legível das notas e comprovantes fiscais, com data do documento, valor, dados da O.S.C. e do fornecedor e indicação do produto ou serviço, bem como dos comprovantes de pagamento de salários, encargos e tributos oriundos de relação trabalhista, referentes ao período que trata a prestação de contas;

VII – justificativa das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, fazendo constar os fatos relevantes;

VIII - Balancete de prestação de contas, conforme modelo disponibilizado pelo CMDCA.

6.2.3 – A memória de cálculo referida no inciso IV deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

6.3 - A O.S.C. deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços, notas e comprovantes fiscais, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da O.S.C. e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

6.4 – A O.S.C. deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

6.5 – A O.S.C. deverá apresentar a prestação de contas final, por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter os elementos previstos no item 6.2.

6.5.1 – A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do dia seguinte ao término da vigência da parceria, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias mediante justificativa.

6.5.2 – Caso haja, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento do saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14, e eventual



provisão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o inciso I do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

6.5.3 – O CMDCA analisará a prestação de contas final em até 90 (noventa) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 - As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria constantes nos relatórios e da documentação técnica apresentada.

7.2 – Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, exercer as atribuições de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se de recursos tecnológicos e apoio técnico de terceiros, que será designado em ato próprio.

7.3 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria, através de publicação nos meios oficiais de comunicação do conselho.

7.4 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá designar técnicos responsáveis para subsidiar o gestor da parceria em relação à análise dos relatórios de execução do objeto ou de execução financeira, e ainda para a elaboração de seu relatório de monitoramento e avaliação.

7.5 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, que deverão ser por ela homologados.

7.6 - O gestor emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para homologação.

7.7 – As ações de monitoramento e avaliação deverão contemplar:

I – o acompanhamento e fiscalização da execução da parceria, inclusive por meio de visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto e de seus objetivos;

II - informar ao CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE a existência de fatos que possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de

amileide

Américo



irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle externo e interno;

IV - a verificação de existência de denúncias aceitas.

7.8 – Nas hipóteses em que o monitoramento e avaliação da parceria constante a existência de evidências de irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da O.S.C. em relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento; ou em que a O.S.C. deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo CMDCA ou pelos órgãos de controle interno ou externo. O CMDCA poderá reter as parcelas dos recursos financeiros destinados à O.S.C, até o saneamento das impropriedades constatadas;

7.9 – Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da O.S.C. para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada e, em não havendo a referida devolução, a instauração de tomada de contas especial.

7.10 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, deverá informar à Controladoria Geral do Município e à Procuradoria Geral do Município sobre as irregularidades verificadas nas parcerias celebradas.

7.11 – A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, município, Ministério Público, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo CMDCA, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 - Caso a execução da parceria estiver em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação vigente, o CMDCA, poderá aplicar à O.S.C. sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, na forma da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 5.763/2017, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da O.S.C.

Danielcruz

Amado@eav

[Signature]



8.2 - Nas hipóteses dos itens 12.2.1 a 12.2.4 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar à:

8.2.1 - suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

8.2.2 – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio, ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO, que será concedida sempre que a O.S.C. ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 8.2.1.

8.3 - Na hipótese do item 12.2.2 da cláusula 12, a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao CMDCA.

8.3.1 - Havendo constatação de prejuízo para o CMDCA, a O.S.C. deverá ressarcir-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos;

8.3.2 - Passado o prazo de 02 (dois) anos e perdurando os motivos determinantes da punição, a O.S.C. será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorra o saneamento.

8.4 – Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial providenciada pelo órgão competente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1 – Obriga-se a O.S.C., em razão deste Termo de Fomento, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO de Baixo Guandu, bem como do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Baixo Guandu e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Baixo Guandu, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como

Handwritten signature

Handwritten signature 11



produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2. – A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

9.3 - A O.S.C. compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até 180 (cento e oitenta) dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

9.4 – Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 - Este Termo de Fomento terá vigência de 14 meses, contados a partir da data de sua publicação e encerrar-se-á ao término de sua vigência, possibilitada a sua prorrogação.

10.2 – A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação fundamentada da O.S.C. por meio de Termo Aditivo, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao CMDCA, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, desde que não haja alteração de seu objeto.

10.3 - A alteração do prazo de vigência do Termo de Fomento, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do CMDCA/MUNICÍPIO, será promovida “de ofício”, limitada ao período do atraso verificado, por meio de Termo de Apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

11.1 – Este Termo de Fomento, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, Certidão de Apostilamento e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela O.S.C com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, antes do término da sua vigência, desde que não haja alteração de seu objeto.

Daniel da Silva

Aurelio Ovami



11.2 – É vedada a alteração do objeto do Termo de Fomento, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo CMDCA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 - É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2 - Esta parceria poderá ser rescindida quando:

12.2.1 - ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;

12.2.2 - quando a O.S.C. não sanar as impropriedades constantes do item 7.9 da cláusula sétima;

12.2.3 - pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexecutável;

12.2.4 - for denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1 - Os materiais permanentes a serem adquiridos para a implementação das atividades especificadas na cláusula primeira deverão ser orçados e comprados pelo valor médio de mercado, tendo como norteador os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas, devendo ser realizado 03 (três) orçamentos e apresentado na prestação de contas, quando exigidos.

13.2 - Para fins de cumprimento do disposto nos art. 36 e art. 42, X ambos da Lei Federal nº 13.019/2014, os bens permanentes adquiridos com recursos transferidos ficarão com as organizações da sociedade civil, após o término da parceria, podendo o CONSELHO/MUNICÍPIO reavê-los, após a consecução em caso de confirmadas irregularidades, na hipótese de melhor atendimento ao interesse social.

Daniel da Silva

Amândio Greiner



13.3 - É vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo.

13.4 - Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.

13.4.1 - Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a O.S.C. contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item 13.4, fica a O.S.C. obrigada a constar do contrato a ser celebrada, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

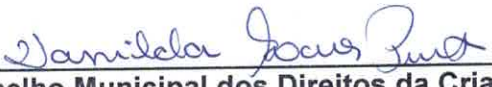
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de Baixo Guandu para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem acordados com os termos dessa parceria as partes firmam em 3 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

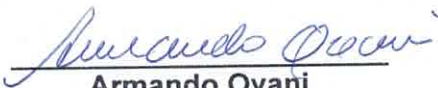
Baixo Guandu, 03 de Novembro de 2021.



Secretária Municipal de Assistência Social Direitos Humanos e Habitação
Fernanda Mota Gonçalves



Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Baixo
Guandu/CMDCA
Vanilda Soares Pinto



Armando Ovari
Associação de Pais e Amigos do Excepcionais de Baixo Guandu - ES
Representante Legal da OSC

ANEXO III
PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO	Nº. PLANO DE TRABALHO
1. DADOS CADASTRAIS	
Organização da Sociedade Civil:	
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Baixo Guandu	
CNPJ	DATA DA ABERTURA DO CNPJ
27.452.630/0001-53	21/08/1984
REGISTRO/INSCRIÇÃO DE PROGRAMA NO CMDCA BAIXO GUANDU:	VIGÊNCIA DO REGISTRO/INSCRIÇÃO DO PROGRAMA
Nº 02	13/08/2021 à 13/08/2023
ENDEREÇO DA OSC	
Avenida Santa Terezinha	
BAIRRO	CIDADE
São José	Baixo Guandu
CEP	
29730-000	
TELEFONE	E-MAIL
(27) 3732-8158	diretoraapaebg@outlook.com
RESPONSÁVEL INSTITUCIONAL PELA ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO (OSC)	
Armando Ovaní - Presidente	
ENDEREÇO RESIDENCIAL DO REPRESENTANTE LEGAL	
Rua Antônio Sampaio, nº 70, Centro - Baixo Guandu/ES	
CPF	RG
031.220.346-20	324.468
TELEFONE	
(27) 99962-3827	

Desafiando os limites, diminuindo as diferenças.

Fundada em 18/05/1984, CNPJ- 27.452.630/0001-53, declarada de Util. pública Lei Municip. Nº 08/88 Lei Est.00261/88 Decl. Lei Federal 96287/88 Certificado de Filantropia Nº 44006.002668/97-95 Rua: Santa Terezinha, S/n- Bairro - São José - Baixo Guandu- ES - Telefone - (27) 3732-8158 E-mails - apaeincluiguandues@hotmail.com/ secretariapedagogica2010@hotmail.com

Armando Ovaní

PERÍODO DE MANDATO DA DIRETORIA

De 01 de janeiro de 2020 à 31 de dezembro de 2022

NOME DO PROJETO

"Alegria de Viver"

PERÍODO DA EXECUÇÃO

1 (um) ano

2. OBJETO DA PARCERIA

Cooperação financeira para pagamento de profissionais que atuarão no Projeto intitulado Alegria de Viver a ser executado pela Apae de Baixo Guandu, tendo como público alvo crianças e adolescentes com deficiência intelectual e/ou múltiplas ou autismo residentes nesse município.

3. OBJETIVOS DA PROPOSTA

O objetivo do presente projeto é refletir sobre a dança, música e a contação de histórias compreendendo-as como processo educativo e inclusivo capaz de propiciar o ganho de conhecimento, socialização e autonomia a pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas, além de proporcionar o acesso à cultura e o fortalecimento da cidadania.

4. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município de Baixo Guandu, em agosto de 2010, a população total era de 31.132 habitantes e, de acordo com dados da Coordenação de Estudos Sociais (CES) do Instituto Jones dos Santos Neves, em Baixo Guandu existe um total de 773 indivíduos em extrema pobreza, cuja renda per capita das famílias, entre os anos de 2015 a 2019, não era superior a R\$89,00. Isso significa que quase 10% da população municipal vive nessa situação. Do total de extremamente pobres, 2788 (75,06%) vivem na área urbana 985 (24,94%) no meio rural.

A população estimada com deficiência intelectual, de acordo com o censo demográfico de 2010, atualizado em 2016, é de 652 pessoas com deficiência intelectual, e 8.803 pessoas relataram ter algum tipo de deficiência seja motora, auditiva ou múltiplas.

As condições de vida das pessoas com deficiência são geralmente mais precárias que as do resto da população, de gênero e idades idênticas: nível de estudo, acesso ao mercado laboral, nível de rendimentos, acesso aos serviços, habitação, mobilidade, acesso a informação, participação

"Desafiando os limites, diminuindo as diferenças".

Fundada em 18/05/1984, CNPJ- 27.452.630/0001-53, declarada de Util. pública Lei Municip. Nº 08/86 Lei Est.00261/88 Decl. Lei Federal 96287/88 Certificado de Filantropia Nº 44006.002668/97-95 Rua: Santa Terezinha, S/n- Bairro - São José - Baixo Guandu- ES - Telefone - (27) 3732-8158 E-mails - apaeincluiguandues@hotmail.com / secretariapedagogica2010@hotmail.com

Amando Guandu



APAE - ES
Baixo Guandu

APAE

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BAIXO GUANDU-ES
CAEE-CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ALEGRIA DE VIVER

2154/2021
190
Dinaína

social, dentre outros.

Elas são vistas negativamente na sociedade e vivenciam situações de vulnerabilidade e riscos sociais como o isolamento pela ausência de condições familiares e de acesso a serviços; violações de direitos por ocorrência de violência física, psicológica, negligência, abandono e violência sexual; afastadas do convívio familiar; vínculos familiares fragilizados e precário ou nulo acesso a renda.

A Deficiência é sobretudo vista pela sociedade como um problema médico com origem científica, divina ou mística. Vivida como uma fatalidade, é causa de vergonha para as famílias e muitas vezes de auto exclusão das próprias pessoas com deficiência. Paralelamente as dificuldades de integração social cujas pessoas com deficiência podem ser vítimas (ter um emprego estável, estudar, fundar uma família, ter uma casa em condições), constata-se que elas são, sobretudo vítimas de preconceitos no seio da sociedade. Quer seja na vizinhança, nas lojas, nos transportes, na escola, na empresa, no mercado, etc. A família é vista como o elo insubstituível com a qual deve-se ter em conta se se pretende elaborar estratégias de inclusão social para as pessoas com deficiência. Por sua vez, a família precisa de apoio para aliviar o estresse do cuidado diário e continuado e uma forte mobilização sociedade para melhorar sua qualidade de vida.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Baixo Guandu, aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território local e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais (Inciso II, artigo 3º, da Resolução CNAS nº 14/2014) que é a oferta de atendimento e de ações de defesa e garantia de direitos às pessoas com deficiência intelectual e múltipla e sua família.

A contemplação do recurso para execução do projeto, ora descrito, será aporte para a garantia de direitos das PCD e trará impactos positivos na realidade dessas crianças e adolescentes, pois o acesso a cultura é um dos direitos inerentes a pessoa humana, pois traz possibilidades além do fortalecimento da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e a sociabilidade.

5. PRAZO DA EXECUÇÃO

ATIVIDADE	PERÍODO											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Contratação de profissionais	X											
Inscrição	X											
Planejamento	X		X		X		X		X		X	

"Desafiando os limites, diminuindo as diferenças".

Fundada em 18/05/1984, CNPJ- 27.452.630/0001-53, declarada de Util. pública Lei Municíp. Nº 08/86 Lei Est.00261/88 Decl. Lei Federal 96287/88 Certificado de Filantropia Nº 44006.002668/97-95 Rua: Santa Terezinha, S/n- Bairro - São José - Baixo Guandu- ES - Telefone - (27) 3732-8156 E-mails - apaecoluiinguandues@hotmail.com / secretariapedagogica2010@hotmail.com

Ruando Prati



APAE - ES
Baixo Guandu

APAE
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BAIXO GUANDU-ES
CAEE-CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ALEGRIA DE VIVER

2159/2021
anexo

Oficinas de arte e cultura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Apresentação cultural		X		X		X		X		X		X
Apresentação cultural	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Acompanhamento social						X						X
Avaliação						X						X
Prestação de contas	X		X		X		X		X		X	

6. DESCRIÇÃO DA PARCERIA

Cooperação técnica e financeira para a execução de projeto com vistas a ampliar o acesso a direitos como arte e cultura as crianças e adolescentes com deficiência intelectual e/ou múltiplas atendidas pela Apae de Baixo Guandu.

"Desafiando os limites, diminuindo as diferenças".

Fundada em 18/05/1984, CNPJ- 27.452.630/0001-53, declarada de Util. pública Lei Munic. Nº 08/86 Lei Est.00261/88 Decl. Lei Federal 96287/88 Certificado de Filantropia Nº 44006.002668/97-95 Rua: Santa Terezinha, S/n- Bairro - São José - Baixo Guandu- ES - Telefone - (27) 3732-8158 E-mails - apaeincluirguandues@hotmail.com/ secretariapedagogica2010@hotmail.com

Amadori



APAE - ES
Baixo Guandu

APAE
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BAIXO GUANDU-ES
CAEE-CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ALEGRIA DE VIVER

7. FORMA DE EXECUÇÃO*					
METAS	AÇÕES	INÍCIO E TÉRMINO	INDICADORES	DOCUMENTO PARA VERIFICAÇÃO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
Proporcionar o acesso a arte e cultura como forma de fortalecimento da cidadania.	Inscrição dos alunos.		Número de crianças e adolescentes participantes das oficinas.	Fichas de inscrição	Primeiro mês da parceria.
Contribuir para a ampliação da aprendizagem a formação humana, a socialização, a autonomia e a qualidade de vida das PCD's.	Rodas de conversa; Oferta de atendimento específico aqueles que necessitar.		Índice de avaliação semestral.	Avaliação, relatórios individuais.	Semestral
Realizar acompanhamento social com vistas a superação	Visitas domiciliares;		Número de famílias em acompanhamento.	Lista de acompanhamento,	Mensal

Desafiando os limites, diminuindo as diferenças.

Fundada em 18/05/1984, CNPJ - 27.452.630/0001-53, declarada de Util. pública Lei Municipal, Nº 08/86 Lei Est. 00281/88 Decl. Lei Federal 9628/788 Certificado de Filantropia Nº 44006.002666/97-95 Rua: Santa Terezinha, S/n- Bairro - São José - Baixo Guandu- ES - Telefone - (27) 3732-8158 E-mails - apaecbaixoguandues@hotmail.com/ secretariapapaocica2010@hotmail.com

Assinado por

21/04/2021
192
Omarim



APAE - ES
Baixo Guandu

APAE
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BAIXO GUANDU-ES
CAEE-CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ALEGRIA DE VIVER

de vulnerabilidade e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	Escuta qualificada; Encaminhamentos.			relatórios.	
Ofertar oficinas de arte e cultura no sentido de proporcionar a socialização e evitar o isolamento social.	Oficina com utilização de fantoches, dedoches; Oficina com expressão corporal; Contação de história; Recreação; Oficina de musicalização;		04 (quatro) oficinas realizadas por semana.	Fotos, lista de presença.	Semanal

Desafiando os limites, diminuindo as diferenças.

Fundada em 18/05/1984, CNPJ- 27.452.630/0001-53, declarada de Util. pública Lei Municip. Nº 08/86 Lei Est.00281/88 Decl. Lei Federal 96287/88 Certificado de Filantropia Nº 44006.002668/97-95 Rua: Santa Terezinha, S/n- Bairro - São José - Baixo Guandu- ES - Telefone - (27) 3732-8158 E-mails - apaeincluiguandues@hotmail.com / secretariapedagogica2010@hotmail.com

Amado Guandu

21/54/2021
193
Omarini



APAE - ES
Baixo Guandu

APAE
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BAIXO GUANDU-ES
CAEE-CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ALEGRIA DE VIVER

Contratação de profissionais para a realização das oficinas, auxílio nas atividades diárias do projeto.	Oferta de oficinas, Manutenção e preservação do local das oficinas, Planejamento; Prestação de contas.	Atividades executadas.	Folha de ponto e contracheque.	Mensal
---	---	------------------------	--------------------------------	--------

Desafiando os limites, diminuindo as diferenças.

Fundada em 18/05/1984, CNPJ- 27.452.630/0001-53, declarada de Util. pública Lei Municipal. Nº 08/86 Lei Est 00261/88 Decl. Lei Federal 96287/88 Certificado de Filantropia Nº 44006.002668/97-95 Rua: Santa Terezinha, S/nº - Bairro - São José - Baixo Guandu- ES - Telefone - (27) 3732-9158 E-mails - apaembaixoguandues@hotmail.com/ secretariaeducacional2010@hotmail.com

Amado Gremi

2154/2021
194
Gremi

PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

a) Previsão de receitas

ORIGEM	VALOR
REPASSE	R\$ 124.556,04
CONTRAPARTIDA	NÃO SE APLICA
TOTAL	R\$ 124.556,04

c) Previsão de despesas

Natureza da Despesa	Nome da Natureza da Despesa	Origem do Recurso	Valor Médio de Mercado
339035	Outros serviços de terceiros – pessoa física	Repasse	

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (a ser preenchido pelo município)

e) CONTRAPARTIDA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: (SE HOUVER)

A entidade entrará com a contrapartida do espaço físico, produtos de higiene e limpeza, recursos humanos para transporte, alimentação e limpeza. Também será ofertado o apoio da equipe de educação, pedagoga e professores para construir coletivamente e com suporte pedagógico das ações. Transporte, combustível, alimentação e EPI's.

"Desafiando os limites, diminuindo as diferenças".

Fundada em 18/05/1984, CNPJ- 27.452.630/0001-53, declarada de Util. pública Lei Municip. Nº 08/86 Lei Est.00251/88 Decl. Lei Federal 96287/88 Certificado de Filantropia Nº 44006.002566/97-95 Rua: Santa Terezinha, S/n- Bairro – São José - Baixo Guandú- ES - Telefone - (27) 3732-8158 E-mails - apaeincluigundues@hotmail.com/ secretariapedagogica2010@hotmail.com

Américo de Deus

Além disso, a Instituição também cederá todos os equipamentos e itens necessários a execução das oficinas e material de escritório para as atividades administrativas.

f) ASSINATURA DA OSC

Baixo Guandu, _____ de _____ de 20



Nome/Assinatura da Organização Civil

g) APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Baixo Guandu, _____ de _____ de 20

Prefeito Municipal

"Desafiando os limites, diminuindo as diferenças".

Fundada em 18/05/1984, CNPJ- 27.452.630/0001-53, declarada de Util. pública Lei Municip. Nº 08/86 Lei Est.00261/88 Decl. Lei Federal 96287/88 Certificado de Filantropia Nº 44006.002668/97-95 Rua: Santa Terezinha, S/n- Bairro - São José - Baixo Guandu- ES - Telefone - (27) 3732-8158 E-mails - apaeincluiguardues@hotmail.com/ secretariapedagogica2010@hotmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicação Mural – Art. 90, Lei 1380/90 – Emenda 013/2005)

FRANCIELI PRANDO FINCO,
Secretária Municipal de Administração,
por nomeação na forma da Lei.

CERTIFICA, ter sido afixado, na data infra, no Mural da Prefeitura Municipal de Baixo Guandu – ES, o “**Termo de Fomento nº 011/2021**, celebrado entre o Município de Baixo Guandu – ES, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a organização da sociedade civil Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Baixo Guandu – ES objetivando a execução de ações relativas ao “Projeto Alegria de Viver”, nos termos do disposto no Art. 90, inciso II, da Lei Municipal nº 1380, de 05 de abril de 1990 – LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Baixo Guandu (ES), 03 de novembro de 2021.


FRANCIELI PRANDO FINCO
Secretária Municipal de Administração